

A EDUCAÇÃO BÁSICA E O TRATAMENTO DA QUESTÃO RACIAL: AS IMPLICAÇÕES DA LEI 10.639 PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Basic education and treatment of the racial issue: the implications of the Law 10.639 for teacher training

Fabiana de Oliveira¹

Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG)

RESUMO: O presente artigo buscar apresentar uma discussão envolvendo a área da formação de professores e o campo das relações raciais no Brasil a partir das implicações da Lei 10.639 para os cursos de formação inicial e continuada de professores. Temos um número significativo de produções nos dois campos supracitados, no entanto, a partir de um recorte conjunto das duas temáticas há uma incipiente produção. Nesse sentido, buscaremos refletir sobre as relações raciais no Brasil enquanto um componente curricular importante, pois se constituiu também enquanto saberes/conhecimentos necessários para “o ensinar” visando à formação de cidadãos críticos e que tenham a possibilidade de aprender a conviver com as diferenças que compõem nossa sociedade.

Palavras-Chave: Raça. Ensino. Lei 10.639-2003. Formação de professores.

ABSTRACT: BASIC EDUCATION AND TREATMENT OF THE RACIAL ISSUE: THE IMPLICATIONS OF THE LAW 10.639 FOR TEACHER TRAINING

This article seek to present a discussion involving the area of teacher education and the field of race relations in Brazil from the implications of the Law 10,639 for the initial training and continuing education of teachers. We have a significant number of production activities in the above two fields, however, from a set of two clipping issues is an incipient production. Accordingly, we will seek to reflect on race relations in Brazil as an important curricular component, since it was also as knowledge /expertise to "teach" aimed at

¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professora do Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL) da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). E-mail: fabioliveira@unifal-mg.edu.br

training and critical citizens who have the ability to learn to live with the differences that make up our society.

Keywords: Race. Teaching. 10.639-2003 law. Teacher

RÉSUMÉ: L'ÉDUCATION DE BASE ET LE TRAITEMENT DE LA QUESTION RACIALE: LES IMPLICATIONS DE LA LOI 10.639 POUR LA FORMATION DES ENSEIGNANTS

Cet article cherche à présenter une discussion portant sur le domaine de la formation des enseignants et le domaine des relations raciales au Brésil par les conséquences de la loi 10.639 pour la formation initiale et la formation continue des enseignants. Nous avons un nombre important d'activités de production dans ces deux domaines, cependant, à partir d'un ensemble de deux questions d'écrit est une production naissante. En conséquence, nous chercherons à réfléchir sur les relations raciales au Brésil comme une composante importante du curriculum, puisque c'était aussi la connaissance /expertise pour «enseigner» vise à former des citoyens critiques et qui ont la capacité d'apprendre à vivre avec les différences qui composent notre société.

Mots-clés: Race. Enseignement. 10.639 loi. La formation des enseignants.

Introdução

É com grande satisfação que apresento esta reflexão em um momento tão importante da nossa história ao termos a possibilidade de celebrar os dez anos da promulgação da Lei 10.639 no ano de 2003, pois representou um grande avanço na compreensão das relações étnico-raciais no nosso país, principalmente no ambiente escolar que reverbera as relações estabelecidas na sociedade.

Neste ano que comemoramos os dez anos da Lei 10.639 promulgada em 2003 temos no quadro atual de análise da implementação dessa lei temos aspectos relacionados às tensões que ainda é algo sempre presente quando discutimos a questão racial, pois para muitos o racismo e o preconceito é algo distante da nossa realidade e também por considerarem que a questão da desigualdade tem somente como fator explicativo a ‘classe social’, no entanto, já é sabido e provado que sim, temos nas relações estabelecidas entre brancos e negros no Brasil a influência do fator racial e que também contribui para as desigualdades de oportunidades.

Ainda temos continuidades desse quadro referentes ao ranço do nosso passado escravocrata que ainda reverbera nos nossos dias atuais e, um dos objetivos, desta reflexão é questionar justamente essa estrutura tão bem articulada e que acaba por naturalizar a situação de desigualdade racial vivida por muitas crianças no ambiente escolar.

No entanto, também temos vivido um momento histórico de muitas mudanças que são extremamente positivas para vislumbrar modificações num futuro não muito distante. Vivemos uma abertura política muito importante para o debate da questão racial no nosso país e isso tem se materializado por meio de ações concretas que tem gerado mudanças iniciais no quadro que tínhamos anteriormente sendo iniciado no âmbito da política nacional enquanto contrapartida do governo no Brasil no ano de 2001 com a realização da Conferência Mundial contra o Racismo, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas realizada em Durban (África do Sul). A partir dessa Conferência tivemos uma abertura considerável no debate sobre raça e desigualdade no nosso país.

Isso pode ser verificado pela criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) criada pela Lei no 10.678 de 23 de maio de 2003. No mesmo ano de 2003 tivemos a criação da Lei no 10.639 de 2003 que

alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, incluindo no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “história e cultura afro-brasileira” questionando o forte ideário até então afirmado e defendido que se refere à existência de uma democracia racial no Brasil. Em 2008 esse lei foi alterada com a inclusão da temática indígena a partir da Lei nº 11.645 estabelecendo a obrigatoriedade da temática “história e cultura afro-brasileira e indígena”. Em 2006 tivemos a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, um instrumento importantíssimo na luta contra o racismo e pela igualdade de oportunidades.

Nesse sentido, o presente artigo buscar apresentar uma discussão envolvendo a área da formação de professores e o campo das relações raciais no Brasil. Temos um número significativo de produções nos dois campos supracitados, no entanto, a partir de um recorte conjunto das duas temáticas há uma incipiente produção². Nesse sentido, buscaremos refletir sobre as relações raciais no Brasil enquanto um componente curricular importante, pois se constituiu também enquanto saberes/conhecimentos necessários para “o ensinar” visando à formação de cidadãos críticos e que tenham a possibilidade de aprender a conviver com as diferenças que compõem nossa sociedade.

O trabalho analisará e problematizará as práticas pedagógicas e a questão racial a partir dos dados advindos de pesquisas realizadas no âmbito da educação básica para subsidiar a análise advinda dos novos desafios suscitados pela Lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003 que estabeleceu a obrigatoriedade do ensino da temática 'História e Cultura Afro-Brasileira e Africana' e que foi alterada em 2008 com a inclusão da temática indígena a partir da Lei nº 11.645 estabelecendo a obrigatoriedade da temática “história e cultura afro-brasileira e indígena” para o campo da formação de professores.

² É importante frisar que a discussão apresentada não está relacionada às discussões que envolvem multiculturalismo ou diversidade cultural, pois a questão racial é um campo específico de pesquisa.

Essa lei trouxe grandes implicações para os cursos de Formação inicial e continuada de professores, pois afirma a necessidade de apropriação de um saber específico voltado para a questão racial. É algo novo que requer estratégias novas, outros currículos para a formação de professores e a inclusão de saberes específicos voltados para a questão racial e para aspectos do continente africano visando a valorização desse povo e de seus descendentes na edificação de nosso país e na nossa formação cultural.

A relevância para o desenvolvimento do trabalho se pauta na exiguidade de estudos envolvendo o campo da formação de professores a partir do recorte de raça no Brasil, além de constituir mais um subsídio para o questionamento de práticas de homogeneidade e racismo ainda presentes no nosso sistema educacional desde a educação infantil.

Na primeira parte, o artigo abordará uma discussão situando teoricamente alguns trabalhos produzidos na área da educação com o recorte racial visando mostrar como a questão racial é um aspecto que está presente no meio escolar e acaba se tornando um elemento curricular importante mesmo que os professores não tenham clareza desta ocorrência e influencia a constituição da identidade das crianças negras; na segunda parte, apresentaremos uma reflexão relacionando os dados apresentados e os desafios suscitados pela Lei 10.639 para a área de formação de professores e, por fim, concluiremos com alguns apontamentos sobre a necessária continuidade da discussão para que efetivamente essa lei se torne uma realidade nas nossas instituições de ensino.

A escola e a constituição da identidade das crianças negras

A socialização das crianças na escola tem sido apontada nas pesquisas como um fator muito importante na constituição da identidade dessas crianças que, muitas vezes não encontram na escola modelos de estética que afirme (ou legitime) a cor de sua pele de forma positiva, pois geralmente a maior parte do corpo docente é branca e com poucos subsídios para lidar com os problemas de ordem racial. No entanto, essa é uma característica não só dos professores brancos, mas também de muitos professores negros alheios à questão racial no cotidiano escolar.

Campos Jr (1999), em sua investigação sobre “o que a menina negra aprende na escola sobre a tradição da sua cultura, sobre a valorização de sua etnia”, concluiu que a menina negra tende a passar pela escola de ensino fundamental sem conhecer heróis negros ou qualquer aspecto positivo da religião e da cultura de seus ancestrais, além de acumular experiências diretas de desvalorização pessoal.

Em sua pesquisa sobre a particularidade cultural na educação das crianças negras, Gonçalves (1987) utilizou o conceito de discriminação racial como uma categoria-chave para o seu trabalho de pesquisa, pelo fato segundo o pesquisador de comportar mais de uma interpretação, quando utilizado pelos agentes pedagógicos. O termo discriminação representava para os professores entrevistados, algo indesejável porque penalizava pessoas e grupos sociais, por outro lado, estes defendiam um discurso sobre o tratamento igualitário dado a todos os alunos. Mas, de acordo com Gonçalves (1987:28), *“esse discurso tentava construir a igualdade entre os alunos a partir do ideal de democracia racial, não considerando, entre outras coisas, o direito de os alunos negros se reconhecerem a partir de sua diferença, de sua particularidade cultural”*.

A partir desse discurso da igualdade, os agentes pedagógicos acabavam acionando mecanismos de poder que fixam um modelo de sociedade e punem todos aqueles que dele desviam, mutilando a particularidade cultural do

segmento da população negra brasileira, a partir de um ritual que se legitima na instituição escolar, não por aquilo que é dito, mas por tudo aquilo que silencia.

Teodoro (1987) também trata em seu trabalho sobre a questão da cultura, identidade e educação, apontando que

a soma das identidades individuais, dentro de um contexto determinado forma a identidade cultural de um grupo étnico ou de uma sociedade, que se transmite pela cultura, pelo ensino, pela educação. Daí a necessidade do sistema educacional levar em conta as diversidades que compõem uma mesma cultura a fim de não criar problemas de ordem psíquica nos educandos. (Teodoro, 1987, p.78).

Entre os fatores que Teodoro (1987) enumera como elementos de identificação cultural são os seguintes: concepção de beleza, aspecto mítico-religioso, conceitos históricos de origem e a língua. Já que por um processo negador de certos valores culturais brasileiros, o sistema educacional pode contribuir de forma totalmente negativa para a cultura brasileira, formando conseqüentemente, identidades fragmentadas, neste sentido, para que se possa reverter esse quadro, de acordo com Teodoro (1987):

não é necessário que tenhamos quatro livros de história do Brasil: o dos indígenas, o dos brancos, o dos negros e o dos amarelos. Mas uma História do Brasil onde todos tenham seu peso na formação da nacionalidade, em que os heróis negros precisam ser reconhecidos como heróis brasileiros e terem suas imagens e seus feitos nos livros didáticos” (Teodoro, 1987:48).

Nesse sentido, o espaço escolar é apresentado nas pesquisas como tendo uma base conservadora e excludente ao se pautar em um modelo de currículo que poderíamos denominar “embranquecido” diante da ausência de conteúdos que possam contribuir para que os alunos negros se vejam contemplados e também o silêncio da equipe pedagógica a respeito das questões raciais, este

fato ocorre inclusive em escolas de comunidades quilombolas como mostram as pesquisas apresentadas a seguir.

Reis (2002) apresenta em sua pesquisa os processos de construção de identidade racial dos alunos de uma comunidade quilombola e concluiu a partir das observações e entrevistas realizadas na escola que os professores encontram-se distantes dos conteúdos relacionados à história da população negra e o planejamento das atividades da escola não tem considerado as especificidades da comunidade onde ela está inserida, diante disso, ele conclui que “o professor se encontra despreparado para tomar iniciativas que propiciem aos alunos a construção de conhecimentos que favoreçam a constituição de sua identidade negra” (ibid, p.155).

Marques (2002) desenvolveu seu trabalho na comunidade de Restinga Seca (RS) cujo objetivo foi compreender as práticas pedagógicas desenvolvidas na única escola pública da comunidade.

A partir da análise dos dados Marques também teve um resultado semelhante ao de Reis (2002), pois as professoras têm muita dificuldade para refletir sobre as relações que estabelecem com a comunidade e com os alunos, não conseguindo perceber os processos históricos que foram posicionando esses sujeitos com os quais convivem.

A diferença é que na escola pesquisada por Marques (2002:169) há um grupo de professores que assumiram em sua prática pedagógica o trato das questões raciais, pois trabalham com histórias de vida, propondo a participação de pessoas idosas da comunidade e trazendo pessoas de fora para discutir a questão racial com os alunos.

Outro dado encontrado pelo pesquisador diz respeito à crença das professoras numa pseudo-igualdade no interior da escola e também, as professoras afirmam que as crianças dessa comunidade apresentam maiores dificuldades, por isso, apontam a necessidade de trabalhar a auto-estima das

crianças. Diante disso, Marques (2002:170) conclui que “ser aluno negro na escola dessa comunidade remanescente de quilombo é lutar para afirmar a presença negra; para garantir a existência negada em nome da igualdade e lutar contra essa frágil cidadania, que limita o que somos e o que podemos nos tornar”.

Aires (2002) optou trabalhar com as representações presentes nas narrativas das crianças indígenas tapeba, sobre o negro e o índio. Segundo o autor, os índios tapeba são negros e se reconhecem enquanto tal. A metodologia utilizada pelo pesquisador consistiu em instigar as crianças a ouvir e narrar histórias oralmente e visualmente, por meio de desenhos e de temas relacionados à comunidade em que vivem para a partir disso observar as suas representações sobre o negro e o índio.

Os depoimentos das crianças revelaram suas representações a respeito da cor, em especial, a negra. De acordo com Aires (2002:174) entre as crianças entrevistadas, o “moreno” apresentou-se como o tipo ideal e os brancos são vistos como os mais bonitos, pois associam a negrura ao feio e a sujeira, apesar de reconhecerem que os tapebas são negros. Essas preferências podem ser explicadas segundo o autor *“pelo silenciamento em relação ao negro por parte da escola (...) Nos trabalhos ou nas atividades escolares não há nada sobre o negro, apenas o silêncio”* (ibid, p.176).

As representações sobre o índio revelaram uma visão romantizada por parte das crianças que, segundo o autor é decorrente “das representações que a sociedade nacional construiu a respeito das sociedades indígenas” (ibid, p.179), pois as crianças desenharam os índios vivendo em ocas, afirmaram que usam cabelos compridos, pau na orelha e que vivem da caça e pesca.

Porém, o que Aires (2002:178) também pôde detectar com sua pesquisa é que as crianças atribuíam um status privilegiado ao índio, que o diferenciava do negro em termos de valores positivos, pois ninguém queria ser negro e este era

representado como sujo e feio, como pode ser observado a partir do texto de um menino que “o negro ou preto é a identidade atribuída até o momento do episódio em que ocorre a discriminação, onde o menino é chamado de preto na ‘escola dos brancos’, a partir do momento em que o menino muda de escola e vai para a ‘escola dos índios tapeba’, o menino, que não deixa de ser negro, afirma “eu sou índio com muito orgulho” (ibid).

Assim, torna-se desejável, então, querer ser branco, já que o ideal é branco. Assim, a constituição da identidade do ser humano como expressão de grupos e categorias sociais, está de acordo com Pereira (1987) indissolivelmente ligada ao processo de socialização que abrange desde o adestramento técnico dos alunos para atender demandas da estrutura social, como também, o inculcamento de valores que dão os referenciais de sua visão de mundo e da sua própria imagem ou auto-representação. Isso ocorre com todos os membros da população, inclusive com o negro que está submetido a esse mecanismo “construtor, definidor e manipulador de identidades” (ibid, p.42).

Da mesma forma que Pereira (1987), Romão (2001:161) também entende que esta questão da identidade negra fragmentada, ter ou não ter auto-estima, está relacionado com a dimensão histórica que por vezes coopera para a construção de estigmas, e se esse fato não for considerado acaba por naturalizar a baixo-estima da criança negra como sendo algo inerente à sua personalidade. Assim, segundo a autora, “ninguém nasce com baixa auto-estima, ela é aprendida e resulta das relações sociais e históricas” (ibid, p.162).

Desta forma, os trabalhos apontaram para a necessidade de se considerar as diferenças no currículo escolar, pois mesmo as escolas estando inseridas nas comunidades quilombolas, não há uma sensibilização em relação aos processos culturais vivenciados por estes alunos que utilizam essa escola, contribuindo para que as crianças construam uma representação negativa do negro a partir do ideário do branqueamento.

As contribuições vindas do povo africano são ocultadas pela instituição escolar ou quando tratados em datas comemorativas acabam ganhando uma conotação pejorativa e/ou folclórica, considerando apenas um modelo hegemônico de conhecimento que legitima somente um determinado tipo de indivíduo e de cultura. Assim, a cultura negra é silenciada na escola, um silêncio que corresponde à inexistência e não simplesmente ao ato de calar-se, omitir ou abafar, mas como uma maneira de não ver, de relegar, um 'pacto' que não deve ser quebrado, pois senão teríamos que refazer o currículo, refazer a escola.

A formação de professores e a questão racial

Todos os dados apresentados anteriormente nos levam a refletir sobre a importância da importância de se discutir a questão racial na formação inicial e continuada de professores considerando que se apresenta hoje como uma obrigatoriedade a partir da Lei 10.639 enquanto um componente curricular importante, pois se constituiu também enquanto saberes/conhecimentos necessários para "o ensinar", ou seja, necessário para a atuação dos professores que estão na base para o desenvolvimento desta política nas escolas e de sua efetivação de forma reflexiva e crítica visando a formação de cidadãos críticos e que tenham a possibilidade de aprender a conviver com as diferenças que compõem nossa sociedade.

A formação inicial e continuada dos professores necessita desenvolver uma prática reflexiva e investigativa do fazer cotidiano destes profissionais, pois a racionalidade técnica que em muito influenciou os cursos de formação de professores visando apresentar métodos e técnicas como meios eficientes para se ensinar e que separa em dois pólos opostos a teoria e a prática. Neste

contexto, a atividade do professor é vista somente a partir de seu caráter utilitário, técnico, de aplicador de fórmulas, retirando de sua prática a reflexão, a investigação e a dimensão política de seu trabalho.

De acordo com Gimeno-Sacristán e Pérez-Gomez (1998:357) “o docente, nessa perspectiva, é um técnico que deve aprender conhecimentos e desenvolver competências e atitudes adequadas a sua intervenção prática, apoiando-se no conhecimento que os cientistas básicos e aplicados elaboraram, ou seja, não necessita chegar ao conhecimento científico, mas dominar as rotinas de intervenção técnica que se derivam daquele”.

Em sentido oposto, estudos têm apontado a necessidade de formação de profissionais reflexivos, sendo que um dos seus maiores expoentes é Donald Schön (2000). O autor critica a perspectiva da racionalidade técnica que está pautada na perspectiva positivista e que não considera o professor enquanto um investigador de sua própria prática.

A reflexão não deve ser entendida somente como um processo pessoal e apartada do contexto e das experiências vivenciadas e interações considerando a complexidade da realidade. Esta reflexão da qual nosso estudo está pautado refere-se ao momento no qual o professor em meio a conflitos, incertezas e dilemas de sua prática cotidiana envolve reflexão que permitirá a análise e reorientação de suas ações relacionadas à questão racial presente no ambiente escolar.

Nesse sentido, a formação desse profissional reflexivo deve se pautar também nos conhecimentos necessários que envolvem a questão racial, pois influi diretamente nas práticas pedagógicas cotidianas, por isso, a discussão apresentada enfocará a formação inicial e a importância de se pensar em um currículo para a formação dos futuros professores, bem como, refletir sobre a

necessidade de formação continuada dos profissionais que já estão atuando e que também necessitam desse conhecimento específico para dar conta da realidade que lhe é apresentada cotidianamente a partir de aspectos trazidos pelas relações travadas nas instituições escolares.

A Lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Brasileira de 20 de dezembro de 1996 cujo objetivo foi incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática 'História e Cultura Afro-Brasileira', além de propor, interferir e estabelecer outra relação étnico-racial no interior da escola.

Assim, está estabelecido no art. 26-A da Lei, que nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira, e propõe em seus artigos primeiro e segundo respectivamente que:

- x o conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil;
- x os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística, de Literatura e Histórias Brasileiras.

A Resolução nº 1 de 17/06/04 que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana do Conselho Nacional de Educação propõe em seu art. 2º e em seu parágrafo primeiro respectivamente que:

x as Diretrizes Curriculares constituem-se de orientações, princípios e fundamentos para o planejamento, execução e avaliação da Educação e têm por meta, promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, buscando relações étnico-sociais positivas, rumo à construção de uma nação democrática;

x a Educação das Relações Étnico-Raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira.

No entanto, a universidade com seus cursos de formação de professores ainda encontra-se presa a um modelo estrutural configurado por um arquétipo de políticas públicas e de formação excludente de se entender e pensar as diferenças. Questionar essa estrutura e esse modelo de política constitui-se numa luta que se iniciou recentemente com a aprovação da Lei, mas que exige diante da urgência das disparidades no sistema educacional brasileiro entre negros e brancos uma ação efetiva, especificamente, na organização dos currículos que devem considerar os seus alunos enquanto futuros professores e os conhecimentos e habilidades necessárias para lidar com essa questão, bem como, os cursos oferecidos de formação continuada que poderão contribuir para a reflexão dos professores nas suas práticas cotidianas.

A universidade tem um papel muito importante para situar esse debate e também na proposição de ações, pois precisamos de uma educação pautada nas diferenças para chegarmos à igualdade de oportunidades. A professora e pesquisadora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2003) discute a necessidade do reconhecimento por parte das universidades da diversidade étnico-racial brasileira admitindo de que os antigos escravizados africanos trouxeram

consigo saberes e que estes não devem ser reconhecidos como exóticos. A universidade pode contribuir para “educar para novas relações raciais e sociais, de produzir conhecimento apartado de uma única visão de mundo, de ciência, como um processo político de negociação que leve a efetivação de uma sociedade mais justa” (Silva, 2003, p.75).

É algo novo que requer estratégias novas e que envolve uma mudança de paradigma que requer um saber específico envolvendo a questão racial, pois é importante para que os profissionais que atuarão ou que atuam na escola tenham clareza de suas atuações, que questionem suas práticas pedagógicas cotidianas que, muitas vezes atreladas ao senso comum reforçam situações de racismo que tanto interferem na constituição de uma auto-estima positiva das crianças negras, de seu pertencimento étnico e da construção de uma sociedade mais plural e democrática visando que todos tenham seus direitos garantidos, inclusive de aprendizagem e de respeito por suas raízes étnicas.

Esse é um dos desafios colocados aos nossos professores que precisam partir de um questionamento permanente das relações estabelecidas com os alunos e entre os próprios alunos baseados em atitudes preconceituosas por meio de atitudes veladas ou explícitas que expressem sentimentos de superioridade de um grupo sobre o outro, e também de um questionamento de suas práticas inclusive no que diz respeito à utilização do livro didático e de literatura infanto-juvenil que requer uma postura crítica, pois estes podem conter estereótipos em relação aos negros e interferem na construção de uma auto-estima positiva por parte das crianças negras.

No entanto, isso passa pela revisão dos valores e padrões considerados aceitáveis pela instituição escolar, padrões estes que geralmente como apontam as pesquisas, os alunos negros não conseguem atingir ocasionado por mecanismos intraescolares.

Os professores precisam se atentar para o que acontece na escola visando contribuir na mudança dessas manifestações, mas da mesma forma que o aluno, eles também são produzidos a partir de práticas racistas, já que vivemos em uma cultura racista, muitas vezes negada, mas presente. No entanto, pensando na aquisição de um saber específico sobre a questão racial, estes podem produzir outras práticas pedagógicas buscando desfazer ordens cristalizadas de homogeneização e padronização.

Os cursos de formação de professores que visam a formação de sujeitos que atuarão como intelectuais na escola possuem assim um papel muito importante na objetivação dessa problematização no cotidiano escolar, pois se busca com a Lei 10.639 uma alteração do sentido e na concepção de escola vigente.

Pesquisas têm mostrado que há muitas iniciativas sendo desenvolvidas no sentido de considerar a questão racial no currículo das escolas, mas algumas destas ainda permanecem como atividades pontuais de alguns professores. A seguir passo a apresentar algumas discussões sobre possibilidades de considerar o tratamento da questão racial no ambiente escolar de forma dinâmica e integrada à realidade da escola.

Silva e Monteiro (2000:85) sugerem que as questões raciais devem receber um tratamento explícito utilizando o diálogo como o principal método didático, questionando o cotidiano escolar e combatendo as discriminações como sendo parte integrante do currículo.

Nesse mesmo sentido, Oliveira (1988) apresenta como proposta de desenvolvimento do trabalho pedagógico, o tratamento igualitário, a chamada à participação e à expressão, pelo professor, de credibilidade no desempenho desta criança, é o melhor estímulo pedagógico. E também a postura do professor não admitindo brincadeiras pejorativas com relação à origem racial

dos alunos, a desmistificação da África, o fato de dar ao aluno negro pequenas tarefas que são destinadas aos melhores da sala, contribui para que o aluno negro passe a ser respeitado, já que a professora o respeita.

Ramos (2002) em sua pesquisa apresenta uma escola pública de ensino fundamental localizada no subúrbio do Rio de Janeiro, a qual adota a proposta de Candeia³ no seu projeto político-pedagógico, desenvolvendo, paralelamente ao currículo formal o cultivo de parte das tradições culturais afro-brasileiras como capoeira, samba de roda, aulas de canto e toque, maculelê, etc (ibid, p.118).

O projeto é facultativo aos alunos da escola e extensivo à comunidade extra-escolar. O resultado desse engajamento da escola por meio do projeto comunitário contribui para que os alunos atribuam ao seu pertencimento étnico-racial um caráter positivo, pois de acordo com Ramos (2002:126) “os alunos entrevistados são, em suas falas, sinais de que o contato com parte do patrimônio cultural de origem afro-brasileira interfere positivamente em suas auto-representações”.

A proposta de Romão (2001:162) diz respeito à construção de três atitudes em relação aos métodos de escolarização utilizados: a compreensão e o respeito à diferença, é a primeira postura que se deve ter como educador; a segunda é compreender que esta individualidade que cada criança carrega faz parte de uma coletividade (grupo racial, étnico, econômico, regional, etc) e, por último, a postura do educador seria de estimulador do desenvolvimento desta criança em seu conjunto, observando os aspectos emocionais, cognitivos, físicos e culturais. Sendo necessário a partir disso, “romper com os preconceitos e estereótipos, rejeitar estigmas e valorizar a história de cada um” (ibid, p.163).

³De acordo com Ramos (2002:118), no final de 1975, sob idealização do sambista Antônio Candeia Filho, foi fundado o Grêmio Recreativo de Artes Negras Escola de Samba Quilombo, cujo objetivo era preservar as raízes culturais afro-brasileira.

Nesta mesma direção, as artes (teatro, artes visuais, música, dança) na escola básica também podem contribuir para que estabeleça respeito às diferenças, pois segundo Silva (2000:121) o ensino das artes possibilita ao professor “estabelecer uma ponte entre a cultura do educando e a cultura autodenominada ‘universal’ (a cultura ocidental imposta)”, legitimando a partir disso, os saberes e valores culturais dos diferentes grupos étnicos, recusando assim, “as armadilhas ideológicas do preconceito e do recalcamento”, tendo como objetivos: relativizar o conceito do “belo” e de “arte” e reconhecer a África como uma das matrizes da cultura humana, contribuindo dessa forma, “para que os educandos percebam que cada pessoa tem um corpo com características fenotípicas diferentes, interiorização de uma postura sem preconceito em relação às diferentes cosmovisões e etnias, valorização da própria identidade étnica e cultural e, conseqüentemente, fortalecimento da auto-estima” (ibid, p.122).

Desta forma, o que as pesquisas sugerem como uma ferramenta de combate ao racismo é que tal questão não continue sendo ocultada na instituição escolar, devendo possibilitar um espaço permanente para discussão e reflexão de posturas racistas e preconceituosas visando à superação de estereótipos, estigmas e discriminações contra os negros que é tão presente no ambiente escolar.

Admitir que temos um olhar carregado de preconceitos e nos dispormos a discuti-lo parece ser um bom começo. É no âmbito deste quadro que entendemos que os cursos de formação de professores devem interferir naquilo que o professor concebe como raça e diferença. Questionar este modelo de pensamento, construir novas práticas e também teorias que mudam os axiomas e paradigmas presentes no ideário da sociedade brasileira, buscando a especificidade da educação e do professor neste processo, é o que a

pretendemos apontar neste artigo como ponto de partida para a discussão necessária envolvendo a questão racial e o campo da formação de professores.

Considerações Finais

Para combatermos o combate ao racismo é necessário que tal questão não continue sendo ocultada nas instituições de ensino, a começar pelas instituições de ensino superiores no nosso país que são responsáveis pela formação inicial e continuada dos profissionais que atuam na educação básica, devendo se constituir em um espaço permanente para discussão e reflexão de posturas racistas e preconceituosas visando a superação de estereótipos, estigmas e discriminações contra os negros que é tão presente no ambiente universitário e escolar.

A prática pedagógica voltada para as questões raciais tem sua especificidade e exige determinados saberes. Este seria um conjunto de saberes específicos, necessários à prática do professor e que devem a partir da Lei passar a estruturar a ‘cultura docente’ e, conseqüentemente, as práticas de ensino destes profissionais.

Os dados aqui apresentados nos remetem à discussão de como um saber específico envolvendo a questão racial é importante para que os profissionais que irão atuar e também aqueles que já atuam na escola, desde a educação infantil, tenham clareza de suas atuações, que questionem suas práticas pedagógicas cotidianas que, muitas vezes atreladas ao senso comum reforçam situações de racismo que tanto interferem na constituição de uma auto-estima positiva das crianças negras, de seu pertencimento étnico e da construção de uma sociedade mais plural e democrática visando que todos tenham seus direitos garantidos, inclusive de aprendizagem e de respeito por suas raízes étnicas.

Esse é um dos desafios colocados às instituições de ensino superior que a partir dos seus cursos de licenciatura com a formação inicial, bem como também com a formação continuada dos profissionais que estão nas escolas a partir dos seus projetos de ensino, pesquisa e extensão, pois em seus cursos de formação não tiveram a aprendizagem desse saber específico, mas que agora precisam partir de um questionamento permanente de suas relações estabelecidas com os alunos e entre os próprios alunos baseados em atitudes preconceituosas por meio de atitudes veladas ou explícitas que expressem sentimentos de superioridade de um grupo sobre o outro, e também de um questionamento de suas práticas pedagógicas inclusive no que diz respeito à utilização do livro didático e de literatura infanto-juvenil requer uma postura crítica, pois estes podem conter estereótipos em relação aos negros e que interfere na construção de uma auto-estima positiva por parte das crianças negras.

A Lei 10.639 tem como objetivos difundir conhecimentos sobre a história da África e de seus descendentes na diáspora; mostrar a contribuição histórica dos negros na formação do nosso país e disseminar informações que contribuam para a eliminação das desigualdades e da discriminação racial.

Diante disso, este artigo buscou contribuir para a reflexão na área da formação de professores visando questionar os cursos iniciais de formação de futuros professores e também para os cursos de formação continuada para aqueles que já estão atuando com suas práticas cotidianas para que possam compreender melhor a formação das relações raciais na cultura brasileira e interferir no cotidiano de sua instituição e também instrumentalizá-los/as para que possam decodificar as práticas discriminatórias produzidas e reproduzidas no interior da instituição escolar.

Referências Bibliográficas

AIRES, J. M. M. P. Identificações indígenas e negras no universo infantil tapeba. In: **Revista Negro e Educação**. n.2. 2002. p.171-184.

ANDRADE, I. P. de. Construindo a auto-estima da criança negra. In: MUNANGA, K. (org). **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental. 2000. p.111-118.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003** – Inclusão no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. MEC.

_____. **Resolução nº 1 de 17/06/04** que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira. CNE/MEC.

CAMPOS JR, Pe. João. **A criança negra na escola**. São Paulo: Salesianas. 1999.

GIMENO-SACRISTÁN, J. & PÉREZ-GOMEZ, A. I. **Compreender e transformar o ensino**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

GUIMARÃES, A. S. A. **Classes, raça e democracia**. São Paulo: Editora 34. 2002.

GONÇALVES, L. A. Reflexão sobre a particularidade cultural na educação das crianças negras. In: **Cadernos de Pesquisa**, n.63. 1987. p.27-29.

HASENBALG, C. A. Desigualdades sociais e oportunidade educacional: a produção do fracasso. In: **Cadernos de Pesquisa**, n.63. 1987. p.24-26.

HASENBALG, C. A. & SILVA, N. do V. Raça e oportunidades educacionais no Brasil. In: **Cadernos de Pesquisa**, n.73. 1990. p.05-12.

OLIVEIRA, R. de. **Identidade do negro brasileiro: implicação para educação de mulheres e homens negros e brancos**. Conferência realizada no Seminário em Educação: O negro brasileiro: educação e cultura, realizado na PUC/RS. 1988.

PEREIRA, J. B. B. A criança negra: identidade étnica e socialização. In: **Cadernos de Pesquisa**, n.63. 1987. p.41-45.

RAMOS, L. H. da S. Na margem negra do Rio: pesquisa numa escola do subúrbio carioca. In: **Revista Negro e Educação**. n.2. 2002. p.117-130.

REIS, M. C. G. Escola e contexto social: a identidade racial numa comunidade remanescente de quilombo. In: **Revista Negro e Educação**. n.2. 2002. p.143-158.

ROMÃO, J. O educador, a educação e a construção de uma auto-estima positiva no educando negro. In: CAVALLEIRO, E. (org). **Racismo e anti-racismo na educação: repensando a escola**. São Paulo: Summus. 2001. p.161-178.

SILVA, A. C. Desconstrução da Discriminação no Livro Didático. In: MUNANGA, K. (org). **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental. 2000. p.13-30.

SILVA, C. A. da; BARROS, F; HALPERN, S; SILVA, L. A. D. De como a escola participa da exclusão social: trajetórias de reprovação das crianças negras. In:

ABRAMOWICZ, A. & MOLL, J. **Para além do fracasso escolar**. Campinas: Papirus. 1997. p.27-46.

SCHON, D. **Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem**. Porto Alegre: ARTMED, 2000.

SILVA, C. D. **Negro, qual é o seu nome?** Belo Horizonte: Mazza Edições. 1995.

SILVA, M. J. L. da. As artes e a diversidade étnico-cultural na escola básica. In: MUNANGA, K. (org). **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental. 2000. p.119-136.

SILVA, P. B. G. & MONTEIRO, H. M. Combate ao racismo e construção de identidades. In: ABRAMOWICZ, A. & MELLO, R. R. (orgs). **Educação: Pesquisas e Práticas**. Campinas: Papirus. 2000. p.75-99.